

Escola Secundária de

PAREDES

Projeto Educativo

2014 – 2017

1. Introdução

Em 2009, quando a Escola Secundária de Paredes foi selecionada para constar do lote dos estabelecimentos de ensino que seriam objeto de requalificação, no quadro do plano estratégico da Parque Escolar, foram criadas justificadas expectativas em torno dessa oportunidade. O edifício que albergava a escola na altura tinha muitos problemas de conservação e estava desfasado com os novos desafios da Educação e da sociedade tecnológica. Os equipamentos escolares disponíveis, especialmente na área das tecnologias da informação e da comunicação, eram escassos e obsoletos, o que condicionava o cumprimento de algumas das principais metas e prioridades estabelecidas no projeto educativo.

Passada a fase de remodelação da escola, que coincidiu quase integralmente com o período de vigência do anterior projeto educativo, é neste contexto de “escola nova” que se pensa e desenvolve o presente projeto. Esta é uma escola mais moderna, mais equipada, mais apelativa e mais preparada para prestar um serviço educativo de qualidade. É, conseqüentemente, uma escola que responsabiliza mais os órgãos de administração e gestão e que está mais exigente do ponto de vista da gestão de recursos materiais e humanos.

Nos últimos quatro anos, para além das grandes mudanças que incidiram sobre o espaço físico da escola, é também importante realçar que foram sendo progressivamente sentidos os efeitos do alargamento da escolaridade obrigatória – a escola tem mais 250 alunos do que no ano letivo de 2009/2010 – e dos novos desafios colocados pela situação de emergência social criada pela aplicação em Portugal de um programa de assistência financeira. Num contexto de escolaridade obrigatória de 12 anos de estudos, a escola passou a assumir responsabilidades acrescidas, especialmente quanto à disponibilização de soluções que permitam aos alunos encontrar alternativas adequadas às suas exigências e necessidades de formação. Simultaneamente, a crise económica que o país atravessa, e que afeta muitas famílias no concelho de Paredes, tem repercussões diretas no processo educativo, pois as crianças e os adolescentes são condutores das tensões familiares e sociais.

A reconstrução do projeto educativo implicou considerar este contexto social frágil, os seus efeitos presentes na escola e os possíveis desenvolvimentos colaterais que ainda se virão a sentir. Implicou também analisar a avaliação da execução do projeto anterior e de todos os planos anuais de atividades postos em prática nos últimos anos, assim como a revisão do regulamento interno, feita essencialmente à luz das alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que aprovou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 julho, que alterou o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

Sendo o projeto educativo um dos instrumentos centrais para a operacionalização da autonomia da escola, é inevitável que parte da discussão se tenha centrado na forma como essa autonomia pode e deve ser exercida. Esta questão reveste-se de grande importância, sobretudo porque a palavra autonomia tem, para as escolas, um significado muito restrito. Importa pois, neste registo, que a comunidade escolar e educativa consiga potenciar a autonomia que verdadeiramente existe, procurando simultaneamente resgatar aquela que está fortemente condicionada pelo quadro legal em vigor.

2. Caracterização da Escola

2.1 Enquadramento histórico

Na primeira página da edição de 8 de Julho de 1972 de *O Progresso de Paredes* deu-se assim a notícia: *"Temos, sem falta alguma, a instalação duma Secção Liceal em Paredes – Secção do Liceu Garcia de Orta, do Porto – para o 3.º e 4.º anos. Assim o decidiu o Sr. Ministro da Educação Nacional. Assim o conseguiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Paredes, Sr. Dr. Acácio José Alves Pereira, que foi incansável, nos últimos tempos, nesta conquista."*

O primeiro dia de aulas viria a ocorrer a 10 de Outubro de 1972, no Palacete dos Viscondes de Paredes, hoje denominado Palacete da Granja. O edifício, já na época propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, foi cedido à Câmara Municipal de Paredes pelo Comendador Abílio de Seabra, especificamente para o funcionamento da Secção Liceal.

No ano letivo de 1972/1973 apenas foram admitidas matrículas de alunos para a frequência dos 1.º e 2.º anos do Curso Liceal, tendo o alargamento da oferta acontecido gradualmente até ao ano letivo de 1975/1976, quando passou a abranger os Cursos Complementares. A Secção Liceal abriu com 3 turmas do 1.º ano e 1 turma do 2.º ano, atuais 7.º e 8.º anos do ensino básico. O corpo docente, liderado pelo Vice-Reitor Horácio Dá Mesquita e Melo, era constituído por 10 professores.

A existência de uma Secção Liceal em Paredes foi assumida como sinónimo de progresso e de capacidade de realização, e já na altura era perceção corrente que a Escola só se tornaria efetivamente uma realidade consolidada com a ajuda dos pais e encarregados de educação. Na já referida edição de *O Progresso de Paredes* podia ler-se a propósito da importância do contributo dos pais e encarregados de educação: *"Têm agora a palavra os pais ou encarregados de educação dos alunos. A terem os jovens que continuar a estudar, é na Secção Liceal de Paredes. É um dever que se impõe. Faz parte do brio de todo o paredense. Não secundar, não facilitar, não contribuir para tal obra, é trair Paredes, é desejar o seu estagnamento."*

Em 1975, através do Decreto-Lei n.º 260-B/75, de 26 de Maio, são criadas escolas secundárias em vários distritos do país. Algumas dessas escolas, como aconteceu no caso de Paredes, resultaram da transformação de estabelecimentos ou secções dos ensinos liceal e técnico já existentes. Outras foram construídas de raiz em localidades onde não existia o ensino secundário oficial. No distrito do Porto, para além da Escola Secundária de Paredes, foram criadas escolas em Águas Santas, Amarante, Carvalhos, Ermesinde, Felgueiras, Maia, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Valongo e Vila do Conde.

Com o início da década de 80 nasce o complexo escolar onde passaria a funcionar a principal escola secundária do concelho de Paredes. Cerca de oito anos depois da constituição da Secção Liceal, a Escola Secundária Paredes deixava o Palacete dos Viscondes para se instalar definitivamente na Rua António Araújo, num edifício que foi utilizado até 2009, ano em que foram iniciadas as obras de remodelação, ao abrigo do plano de requalificação das escolas projetado pela Parque Escolar.

Com o fim das obras de requalificação em 2010, a Escola Secundária de Paredes passou a contar com o edifício que hoje conhecemos, implantado no mesmo local do anterior, mas com alterações estruturais profundas. Os três pavilhões tradicionalmente ocupados com as aulas normais foram fortemente remodelados, foi construído um pavilhão gimnodesportivo de raiz e o edifício que alberga os principais serviços da escola e os gabinetes de trabalho foi também projetado de novo, passando a oferecer mais conforto e mais qualidade à comunidade escolar e educativa.

2.2 Caracterização do meio físico e socioeconómico

Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, que trata, entre outras questões, a configuração das comunidades intermunicipais, o concelho de Paredes deixou a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e passou a integrar a Área Metropolitana do Porto (AMP). Para além do município de Paredes, a Área Metropolitana do Porto compreende os municípios de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Até à publicação da Lei n.º 75/2013, o concelho de Paredes fazia parte, juntamente com os outros concelhos do Vale do Sousa – Penafiel, Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras e Castelo de Paiva –, de uma região que integrava a Nomenclatura de Unidades Territoriais [NUT] III do Tâmega e Sousa. Considerando o facto de a alteração administrativa imposta pela Lei n.º 75/2013 ser bastante recente, entendemos que, para efeitos da caracterização do meio físico e socioeconómico, assim como da comparação com os municípios da região, a referência territorial deve ser a sub-região do Tâmega e Sousa e, mais especificamente, o Vale do Sousa. Há ainda que considerar que a informação de referência vertida nos estudos económicos, sociais e demográficos que estão disponíveis tratam o município no quadro da sub-região do Tâmega e Sousa.

O Vale do Sousa é limitado a norte pelo Vale do Ave, a sul pela região do Entre Douro e Vouga, a poente pela Área Metropolitana do Porto e a nascente pelo Baixo Tâmega. Os concelhos de Paredes, de Penafiel, de Paços de Ferreira, de Lousada e de Felgueiras pertencem ao distrito do Porto e o concelho de Castelo de Paiva integra o distrito de Aveiro.

Para análise da evolução demográfica no Vale do Sousa, podemos confrontar os valores do Recenseamento Geral realizado em 2001, que indicavam uma população residente de 327.806 habitantes, com os dados do Recenseamento Geral de 2011, que mostram uma população de 337.644 habitantes. Na comparação dos dados do Recenseamento Geral de 1991 com os de 2001 a região apresentava um crescimento populacional de 13,2%, enquanto que em 2011 o crescimento da década fica ligeiramente abaixo dos 3%.

Ainda a propósito dos números da população residente no Vale do Sousa, podemos constatar que há uma quebra acentuada na tendência de crescimento verificada entre 1991 e 2001. Os dados estatísticos de

2011 mostram que todos os concelhos apresentam taxas de crescimento populacional abaixo das verificadas entre 1991 e 2001. Destaca-se especialmente o concelho de Castelo de Paiva que regista em 2011 um crescimento negativo de cerca de 3,5% em relação a 2001.

De acordo com os dados do Recenseamento Geral de 2011, Paredes teve a terceira maior taxa de crescimento populacional no Vale do Sousa, com cerca de 4%. Em 2001 esse crescimento tinha sido, em comparação com os números de 1991, de 14,2%, sendo essa na altura a quarta maior taxa de crescimento na região.

Apesar do abrandamento no crescimento demográfico no Vale do Sousa, constata-se que os números da densidade populacional estão ainda significativamente acima dos valores apresentados no resto do país. O Vale do Sousa regista uma densidade populacional de 440,4 Hab./Km², contra os 209,2 Hab./Km² da região do Tâmega, os 172,2 Hab./Km² da região Norte, os 81,5 Hab./Km² da região Centro e os 88,9 Hab./Km² do Algarve. A densidade populacional de Portugal continental situa-se nos 112 Hab./Km².

Quadros Populacionais do Vale do Sousa [Recenseamento Geral da População – 2001 e 2011]

Quadro 1

	Freguesias 2001 2011	Área Total Km ²	População Residente 2001 2011	Densidade Populacional 2001 2011
Paredes	24 18	156,8	83 376 86 854	536,3 555,1
Penafiel	38 28	212,2	71 800 72 265	337,3 338,5
Lousada	25 15	96	44 712 47 387	472,5 493,9
Paços de Ferreira	16 12	71	52 985 56 340	756,5 801,9
Felgueiras	32 20	115,7	57 595 58 065	500,5 501,8
Castelo de Paiva	9 6	115	17 338 16.733	149 142,9
Vale do Sousa	144 99	766,7	327 806 337 644	427,3 440,4

População Residente – Vale do Sousa [Variação entre 2001 e 2011 – Grupos Etários (%)]

Quadro 2

	Grupos Etários			
	0 – 14	15 – 24	25 – 64	65 ou mais
Paredes	-8,25	-19,97	11,68	34,57
Penafiel	-16,10	-19,30	9,71	21,87
Lousada	-12,30	-11,33	15,30	29,74
Paços de Ferreira	-10,12	-10,03	12,63	38,78
Felgueiras	-22,24	-14,48	9,62	33,82
Castelo de Paiva	-18,93	-23,56	3,79	14,75
Vale do Sousa	-14,66	-16,44	10,45	28,92

No que diz respeito aos grupos etários, a variação da população residente entre 2001 e 2011 mostra-nos uma tendência de quebra nos grupos etários 0-14 e 15-24. Apesar de o Vale do Sousa continuar a ser uma das regiões mais jovens de Portugal, pode verificar-se no quadro 2 que o grupo etário 65 ou mais começa a apresentar taxas de crescimento mais condizentes com a tendência nacional de envelhecimento da população.

A carta regional de competitividade dá-nos a conhecer que a atividade económica mais representativa em termos de emprego se encontra na indústria transformadora. Os dados que existem sobre o Tâmega (o estudo é feito com base na sub-região do Tâmega, que engloba dois agrupamentos de municípios – o Vale do Sousa e o Baixo Tâmega) indicam que a indústria transformadora absorve 37% do emprego total, seguindo-se a agricultura, produção animal e silvicultura (14%), a construção civil (12%) e o comércio por grosso e a retalho (11%). Quanto aos setores industriais, destacam-se a indústria têxtil, que representa 20% do total de empresas com sede no Tâmega, a indústria do couro e dos produtos de couro (calçado), com uma representação de 11%, as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos, com 10% e a indústria da madeira, cortiça e suas obras, com 7%.

O Tâmega é um território muito heterogéneo que se situa numa zona de transição entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e a zona interior do Norte de Portugal. Nesta sub-região, os municípios que constituem o Vale do Sousa localizam-se mais próximos da fronteira da AMP, estando os municípios do Baixo Tâmega mais encostados ao interior norte. Os municípios que constituem o Vale do Sousa são, do ponto de vista da atividade económica, os mais dinâmicos da região do Tâmega. Esse dinamismo leva a que uma parte significativa do emprego na região se encontre concentrada nos concelhos de Paços de Ferreira, Paredes e Felgueiras. Entre os municípios mais industrializados do Tâmega estão, para além dos referidos anteriormente, os de Lousada, Penafiel, Castelo de Paiva, Marco de Canavezes e Amarante. Estes são os municípios que constituem a orla mais industrializada da região e que fazem contraponto com os concelhos mais rurais, como Baião, Cinfães, Resende, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

No que diz respeito a Paredes, é provavelmente através da marca Rota dos Móveis que a maioria das pessoas identifica o concelho e a cidade. Paredes é responsável por uma significativa parte da produção nacional de mobiliário, seguindo altos padrões de qualidade ao nível do *design*, da conceção e da produção de móveis. Na procura por um lugar no competitivo mercado nacional e internacional, o concelho tem desenvolvido projetos estratégicos, dos quais se destaca o *Paredes Polo do Design de Mobiliário*, que procura fomentar o talento e a criatividade como motor do desenvolvimento e do crescimento sustentável no setor do *design* de mobiliário.

Para além da marca Rota dos Móveis, o concelho aposta ainda na promoção de novos produtos turísticos e culturais. Destacam-se nessa área a Rota do Românico do Vale do Sousa, que integra 21 elementos patrimoniais de valor histórico e arquitetónico, e a inserção do concelho na Rota dos Vinhos Verdes, com a intenção de dar visibilidade ao vinho produzido nesta sub-região.

Apesar do esforço de promoção das indústrias e das valências locais, a região está fortemente exposta ao fenómeno do desemprego. No Vale do Sousa, os números publicados pelo Instituto do Emprego e

Formação Profissional, reportados ao mês de dezembro de 2013, indicam um total de 28.071 desempregados inscritos. O concelho de Paredes apresenta o valor mais elevado, com 8.528 desempregados registados. Estes números ganham especial relevo porque uma elevada percentagem dos desempregados são pessoas que, pela sua falta de formação e qualificação, têm perspectivas de empregabilidade a curto prazo muito baixas.

Com o crescimento do desemprego, a questão da emigração ganhou especial relevância no tratamento das variações demográficas e dos indicadores sociais e económicos. Não existindo ainda estudos consolidados que cruzem os dados do desemprego com os da emigração, não é ainda claro até que ponto as taxas de desemprego estão a ser infetadas pelos fluxos migratórios. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, no final de 2013 havia menos 96.500 desempregados em Portugal do que no último trimestre de 2012. No entanto, os números mostram que apenas um terço voltou a trabalhar, o que significa que os restantes dois terços desapareceram das estatísticas. Esta discrepância poderá provavelmente ser explicada pelo número de pessoas que abandonaram o país à procura de emprego.

Apesar de não existirem números exatos sobre as taxas de emigração e a sua incidência por concelho, é possível notar, pelos registos escolares, que o número de famílias que solicitam a transferência de escola dos seus educandos para outros países tem vindo a aumentar. Este será apenas um pequeno indicador relativo aos alunos que frequentam a Escola Secundária de Paredes, mas deixa certamente pistas sobre um fenómeno que provavelmente está a afetar todo o concelho.

2.3 Caracterização das infra-estruturas e dos recursos materiais

A Escola Secundária de Paredes é constituída por 6 edifícios autónomos e uma área exterior para a prática desportiva. Encontra-se implantada num terreno em três socalcos, sendo o pavilhão E o único que se situa no plano mais elevado, à mesma cota da parte norte da Rua António Araújo. Numa cota inferior, no mesmo plano e partilhando a mesma arquitetura, estão implantados os pavilhões A, B e C. Num terceiro plano, a sul, encontram-se localizados o pavilhão D, o pavilhão gimnodesportivo e a área exterior de jogos e de recreio.

Com as obras de remodelação realizadas em 2009, os espaços da escola foram redesenhados e redistribuídos, tendo os serviços ficado totalmente concentrados no pavilhão E, o bloco mais próximo da portaria e da entrada. No pavilhão E encontram-se localizados os serviços administrativos, a receção, o anfiteatro, o auditório, o gabinete do psicólogo, o bufete, o refeitório, a reprografia, a papelaria, as salas de atendimento aos encarregados de educação, a sala de alunos, a sala do pessoal não docente, uma enfermaria, a biblioteca, a direção da escola, a sala de professores, as salas de trabalho dos professores e algumas salas de reuniões.

Os pavilhões A, B e C acolhem salas de aula de diferentes tipologias, sendo que os pavilhões A e B apenas têm salas de aula normais e o pavilhão C alberga os laboratórios de Física, de Química e de

Biologia, as salas de preparação, as salas de informática, a sala multimédia e o gabinete do encarregado operacional.

No plano mais baixo do recinto escolar podemos encontrar o pavilhão D, que concentra as salas de Educação Visual, uma sala de professores e um gabinete técnico, e o pavilhão G, que compreende o pavilhão gimnodesportivo e duas salas de ginástica.

Quanto aos recursos materiais e equipamentos, todas as salas de aula da escola possuem um computador com ligação à Internet e videoprojetor e vinte das salas normais estão apetrechadas com quadros interativos. Os laboratórios de Física, de Química e de Biologia e as salas de preparação estão equipados com os recursos indispensáveis às aulas das respetivas disciplinas. No pavilhão G, o pavilhão gimnodesportivo e as salas de ginástica possuem equipamentos fixos ou móveis que permitem a prática das principais modalidades desportivas. As salas de informática que se encontram no pavilhão C possuem quinze computadores cada.

Apesar da dimensão das obras de requalificação, há espaços escolares consensualmente assinalados como não satisfatórios, designadamente, o pavilhão gimnodesportivo – de utilização impossível nos dias de chuva ou de vento – e os laboratórios do bloco C, pela má qualidade dos materiais usados.

A Escola Secundária de Paredes funciona em três turnos – manhã, tarde e noite –, sendo que os blocos da manhã e da tarde contemplam as atividades letivas e não letivas e o da noite é apenas ocupado com as atividades desportivas e culturais da iniciativa da comunidade educativa, resultantes das requisições de instalações e dos protocolos celebrados com a autarquia.

2.4 Caracterização da comunidade escolar

2.4.1 Os alunos

O processo de agregação de escolas que tem decorrido faseadamente desde 2010 transformou significativamente o mapa escolar do concelho de Paredes. Apesar de a reorganização física e administrativa imposta pelo Ministério da Educação e Ciência ter feito surgir novos agrupamentos de escolas, a Escola Secundária de Paredes não foi diretamente afetada, tendo permanecido como escola não agrupada.

Como resultado direto deste processo de agregações, a Escola Secundária de Paredes tornou-se a única escola não agrupada do concelho de Paredes, sendo também a única com oferta ao nível do ensino secundário na cidade. Estes factos acabam por conjunturalmente levar a escola a assumir um importante papel no mapa escolar, como se pode constatar pela forte procura, sobretudo no ensino secundário, por parte de alunos vindos das diferentes freguesias do concelho e de outros concelhos vizinhos. Estes são alunos que esperam sobretudo ter acesso a um alargado leque de ofertas educativas e a uma escola com tradição na preparação para o ensino superior.

Os alunos que frequentam o 3.º ciclo do ensino básico na Escola Secundária de Paredes são praticamente na sua totalidade oriundos da vizinha Escola EB 2/3 de Paredes. No que diz respeito ao ensino secundário, para além daqueles que transitam de ciclo dentro da própria escola, a proveniência dos alunos é dispersa e oscila entre as escolas das freguesias de Baltar, Cristelo e Sobreira.

Na vertente do ensino profissional, os alunos têm tradicionalmente procurado a escola para a frequência de cursos nas áreas da contabilidade, do comércio, da informática e do apoio à infância. Em virtude da reorganização da rede escolar feita pelo Ministério da Educação e Ciência, a escola deixou de ter oferta formativa na área da formação de adultos. Como se pode verificar no quadro 3, o ensino recorrente deixou de fazer parte da oferta formativa em 2010/2011 e os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em 2011/2012.

Relativamente ao número de alunos que frequentam a escola, após um período de equilíbrio com ligeiras variações – entre 2006/2007 e 2010/2011 –, nota-se uma tendência de crescimento a partir do ano letivo de 2011/2012. Em parte esta tendência poderá ser explicada pelo facto de a escola estar a funcionar em pleno nas instalações renovadas desde 2011 e pela progressiva consolidação do processo de alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos.

Prevê-se, no entanto, pela análise dos dados demográficos e considerando que em 2014/2015 já estarão absorvidos os choques do alargamento da escolaridade obrigatória, que o número de alunos da escola venha a estabilizar, numa primeira fase, e depois provavelmente recuar. Outro fator que poderá eventualmente ter interferência nesta matéria tem que ver com as consequências da reorganização do parque escolar, resultantes do processo de agregação de escolas que o Ministério da Educação e Ciência tem vindo a desenvolver.

Número de alunos do ensino regular, CEF, Cursos Profissionais, Ensino Recorrente e EFA [3.º ciclo e secundário]

Quadro 3

	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
7.º	244	242	253	255	277	291	268	308	321
8.º	275	226	216	227	223	209	223	246	297
9.º	200	245	217	197	186	206	200	242	271
10.º	321	236	227	239	249	208	254	286	327
11.º	190	215	174	188	197	211	166	207	251
12.º	212	196	222	168	153	176	198	177	209
CEF	----	----	29	40	61	48	61	46	----
CP 1.º	----	----	29	26	76	50	54	70	63
CP 2.º	----	----	----	22	23	60	39	39	53
CP 3.º	----	----	----	----	19	17	52	33	37
ER	----	----	204	131	31	10	----	----	----
EFA	----	----	----	----	36	20	13	----	----
Total	1442	1360	1571	1493	1531	1506	1528	1654	1829

Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Profissional
Ensino Regular [7.º ano / 8.º ano / 9.º ano]	Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias [10.º ano / 11.º ano / 12.º ano]	Curso Profissional de Técnico de Contabilidade [1.º ano / 2.º ano / 3.º ano]
	Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades [10.º ano / 11.º ano / 12.º ano]	Curso Profissional de Técnico de Apoio à Infância [1.º ano / 3.º ano]
	Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas [10.º ano / 11.º ano]	Curso Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos [2.º ano]
	Curso Científico-Humanístico de Artes Visuais [11.º ano / 12.º ano]	Curso Profissional de Técnico de Comércio [3.º ano]

2.4.2 Os encarregados de educação

O contexto socioeducativo em que se insere a escola não se caracteriza apenas através de uma análise global do meio físico e socioeconómico. É também importante ter um conhecimento específico e detalhado dos encarregados de educação, pois estes são agentes educativos privilegiados que participam diretamente no acompanhamento das crianças e dos jovens. A caracterização dos encarregados de educação fornece à escola informação importante para identificar e circunscrever as expectativas dos alunos e das suas famílias quanto aos resultados escolares e quanto às opções de formação, permitindo simultaneamente a exploração de soluções contextualizadas de aproximação dos encarregados de educação à escola.

Os relatórios da OCDE a propósito do PISA (Programme for International Student Assessment), o maior estudo internacional sobre as competências dos alunos de 15 anos, têm realçado o impacto dos fatores económicos e sociais na performance académica dos alunos. O relatório de 2012 conclui que os alunos provenientes de meios socioeconómicos desfavoráveis tendem a apresentar um desempenho escolar menos positivo. Isso não quer dizer que uma produção escolar baixa esteja sempre ligada a indicadores socioeconómicos desfavoráveis, mas esses fatores parecem ter uma forte influência nos resultados escolares. O referido relatório observa ainda que cabe à escola não reproduzir os padrões de vantagem socioeconómica já enraizados na sociedade e promover uma distribuição mais equitativa das oportunidades de aprendizagem e de formação.

Para um melhor conhecimento dos pais e encarregados de educação e do meio socioeconómico da comunidade escolar, nos quadros 5 e 6 apresentam-se as habilitações dos pais dos alunos inscritos no ano letivo de 2013/2014 e a distribuição dos benefícios atribuídos no âmbito da ação social escolar, respetivamente. Embora não se pretenda com estes dados ligar definitivamente o meio socioeconómico

em que os alunos vivem às habilitações dos pais ou ao escalão do apoio social que recebem, parece-nos que estes indicadores são importantes ferramentas de contextualização.

Habilitações dos encarregados de educação [2013/2014]

Quadro 5

	Mães	Pais	Total
Doutoramento	3	7	10
Mestrado	13	12	25
Licenciatura	202	137	339
Bacharelato	21	16	37
Pós-Graduação	1	1	2
Ensino Secundário	247	205	452
Ensino Básico [3.º ciclo]	327	283	610
Ensino Básico [2.º ciclo]	459	492	951
Ensino Básico [1.º ciclo]	350	435	785
Sem Habilitações	149	172	321
Formação Desconhecida	1	3	4
Outra	1	0	1

Distribuição dos alunos por ano de escolaridade e escalão do apoio social escolar [2013/2014]

Quadro 6

	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	Total
Escalão A	67	52	70	68	58	43	358
Escalão B	61	74	81	101	70	46	433
Total	128	126	151	169	128	89	791

2.4.3 Os professores

Como se pode constatar pela análise do quadro 7, do ponto de vista do vínculo profissional, o corpo docente da Escola Secundária de Paredes apresenta a estabilidade como traço mais característico. Há registo de 131 professores do quadro a exercer funções na escola no ano letivo de 2013/2014, de um universo de 142. Desses 131 professores, apenas 16 não pertencem ao quadro da Escola Secundária de Paredes, o que significa que uma parte substancial do serviço letivo prestado na escola é assegurada por docentes com uma ligação profissional relativamente duradoura.

Esta estabilidade proporcionada pela vinculação ao quadro significa que o corpo docente tem uma relação próxima com a escola, de compromisso e de identificação com a comunidade escolar e educativa e com o projeto educativo. Significa também que os projetos da escola podem ser pensados, executados e

avaliados de forma estruturada e consistente, numa perspetiva de continuidade sustentada a médio e a longo prazo.

Merece igualmente uma nota de referência o facto de a quase totalidade dos professores a exercerem funções na escola residir no concelho de Paredes ou nos concelhos limítrofes, incluindo a Área Metropolitana do Porto. Este facto ajudará certamente a explicar por que razão os docentes se sentem próximos da comunidade educativa e escolar e o nível de conhecimento que possuem sobre o meio envolvente. A dinâmica de envolvimento que se cria com a proximidade ao meio é certamente promotora dos altos padrões de qualidade que a escola pretende exibir, com o objetivo de ir ao encontro das expectativas dos alunos e das suas famílias.

Distribuição do pessoal docente por tipo de vínculo profissional [2013/2014]

Quadro 7

	Professores do Quadro	Professores Contratados com Horário Completo	Professores Contratados com Horário Incompleto
Grupo de Recrutamento 290	1	----	1
Grupo de Recrutamento 300	20	----	1
Grupo de Recrutamento 330	12	----	----
Grupo de Recrutamento 350	1	----	1
Grupo de Recrutamento 400	8	----	----
Grupo de Recrutamento 410	6	----	1
Grupo de Recrutamento 420	6	----	1
Grupo de Recrutamento 430	7	----	----
Grupo de Recrutamento 500	15	1	1
Grupo de Recrutamento 510	12	----	1
Grupo de Recrutamento 520	15	----	----
Grupo de Recrutamento 530	5	----	----
Grupo de Recrutamento 550	4	----	----
Grupo de Recrutamento 600	7	----	----
Grupo de Recrutamento 620	12	1	1
Grupo de Recrutamento 910	----	1	----
Total	131	3	8

Distribuição do pessoal docente por idade e sexo [2013/2014]

Quadro 8

	25 – 35 anos	36 – 45 anos	46 – 55 anos	Mais de 55 anos
Homens	1	12	14	3
Mulheres	7	42	52	11
Total	8	54	66	14

2.4.4 O pessoal não docente

O pessoal não docente, cujas funções são por vezes subvalorizadas, suporta uma das mais importantes estruturas de apoio ao serviço educativo prestado pela escola. A evolução social dos últimos anos tem contribuído para uma crescente atribuição de responsabilidades à escola. Consequentemente, as competências técnicas, educativas e pedagógicas que são exigidas ao pessoal não docente tendem a assumir cada vez mais relevância no contexto da intervenção educativa.

Na Escola Secundária de Paredes, o pessoal não docente divide-se em três categorias, que representam áreas de intervenção distintas: i) o pessoal técnico superior (serviços de psicologia e orientação); ii) o pessoal assistente técnico (serviços de administração escolar) e iii) o pessoal assistente operacional (serviços operacionais). Pode constatar-se no quadro 9 que o pessoal assistente operacional representa o maior grupo não docente da escola, facto que demonstra a importância dos recursos humanos adstritos às atividades de auxílio à ação educativa.

Distribuição do pessoal não docente por serviço e por carreira/categoria [2013/2014]

Quadro 9

	Serviços de Psicologia e Orientação	Serviços de Administração Escolar	Serviços Operacionais
Técnico Superior [psicólogo]	1	----	----
Assistente Técnico	----	9	----
Chefe dos Serv. de Adm. Escolar	----	1	----
Assistente Operacional	----	----	28
Encarregado Operacional	----	----	1
Total	1	10	29

2.5 Problemas e potencialidades da escola

Como já foi referido na introdução deste projeto educativo, os últimos quatro anos trouxeram mudanças importantes que afetaram diretamente a escola e a comunidade educativa. Destaca-se a propósito a remodelação do espaço físico da escola, a alteração da duração da escolaridade obrigatória, o aumento de alunos por turma e, no plano mais global, a execução em Portugal de um programa de assistência financeira. Os novos desafios que são apresentados à escola neste quadro exigem naturalmente respostas no plano educativo, mas também, e cada vez mais, no campo da intervenção social, sobretudo através da promoção de medidas de apoio aos alunos e às suas famílias.

Estando inserida num meio muito atingido pelos efeitos colaterais da crise económica e social, para poder corresponder aos desafios que lhe são colocados, a escola precisa de reforçar a aposta na qualidade dos recursos humanos, das infraestruturas e dos recursos materiais e equipamentos que tem à sua

disposição. A capacidade de intervenção da escola será em boa parte determinada pela qualidade da gestão que for feita destes elementos, no respeito pelas características da comunidade escolar e educativa. Da escola espera-se que seja capaz de gerir os desafios e de criar equilíbrios que permitam confrontar com confiança os problemas que lhe vão sendo colocados.

Quando se trata de nomear os pontos fortes da Escola Secundária de Paredes, podemos afirmar que a estabilidade do corpo docente e a sua forte identificação com o meio estarão entre as qualidades a destacar. Merecem igualmente nota de referência os baixos índices de abandono escolar, o compromisso do pessoal docente e não docente com a formação contínua e a aquisição de novas competências, a crescente aposta na diversificação da oferta formativa e a predisposição da escola para reclamar um lugar central na cidade e no concelho de Paredes.

Quando falamos de problemas ou de dificuldades da escola, as questões em torno do sucesso e do insucesso dos alunos estão, em regra, no centro da discussão. Para uma escola, o conceito de prestação de serviço público de qualidade passa fundamentalmente por garantir aos seus alunos as condições indispensáveis para o sucesso escolar. No entanto, sendo este um conceito de consensos difíceis – por contemplar múltiplas variáveis –, cada estabelecimento de ensino terá certamente o seu paradigma de sucesso escolar.

Neste sentido, um dos temas centrais do projeto educativo da escola é inevitavelmente a circunscrição do conceito de sucesso escolar que esta pretende defender perante a comunidade educativa. Para clarificar esse conceito, apresenta-se no ponto 3 deste documento um conjunto de prioridades, objetivos, estratégias e metas que configuram as linhas fundamentais de ação da escola. Pretende-se, assim, construir um suporte ideológico robusto que vá para além do sucesso escolar reduzido a uma taxa de transição de ano.

Considerando que não pode existir uma análise fundamentada dos resultados da escola sem tratar dados estatísticos, apresentam-se de seguida as taxas de transição, de não transição e de abandono escolar, no 3.º ciclo do ensino básico, na Escola Secundária de Paredes. Para uma melhor interpretação dos valores apresentados no quadro 10, é importante ter em consideração a seguinte informação:

- a) Os dados referentes aos anos letivos de 2004/2005 e de 2005/2006 são baseados nos quadros de referência que eram à época publicados anualmente pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, para as escolas compararem os seus resultados no plano nacional;
- b) Os quadros de referência da Inspeção-Geral da Educação e Ciência têm em consideração o facto de os concelhos estarem inseridos em diferentes índices de desenvolvimento social (IDS), que são determinados a partir da conjugação de fatores como a esperança de vida à nascença, o nível educacional e o conforto e saneamento;
- c) Os dados referentes ao ano letivo de 2006/2007 e posteriores baseiam-se na informação disponibilizada na plataforma eletrónica da Missão para o Sistema de Informação do Ministério da Educação e Ciência (MISI);
- d) Quanto ao 9.º ano, todos os dados dizem respeito a anos letivos em que houve lugar à realização de exames nacionais a Língua Portuguesa e Matemática, para efeitos de conclusão do 3.º ciclo;

- e) Ainda em relação ao 9.º ano, como se trata do final do ciclo, as taxas de transição e de não transição devem ser lidas como taxas de conclusão e de não conclusão;
- f) Dada a irrelevância estatística das taxas, os dados do abandono são apresentados apenas em número de alunos.

Taxas de transição, não transição e abandono por ano de escolaridade [3.º ciclo do ensino básico regular]

Quadro 10

	Transição N.º %	Não transição N.º %	Abandono N.º
7.º ano – 2004/2005	181 74,18%	63 25,82%	0
7.º ano – 2005/2006	186 76,86%	56 23,14%	0
7.º ano – 2006/2007	202 83,47%	40 16,53%	1
7.º ano – 2007/2008	195 78,31%	54 21,69%	0
7.º ano – 2008/2009	181 67,54%	85 32,46%	2
7.º ano – 2009/2010	223 81,39%	50 18,61%	1
7.º ano – 2010/2011	225 84,91%	40 15,09%	0
7.º ano – 2011/2012	250 83,33%	50 16,67%	0
7.º ano – 2012/2013	245 80,33%	60 19,67%	0
8.º ano – 2004/2005	211 76,73%	63 22,91%	1
8.º ano – 2005/2006	179 79,20%	43 19,03%	4
8.º ano – 2006/2007	186 89,42%	22 10,58%	2
8.º ano – 2007/2008	179 79,56%	54 20,44%	4
8.º ano – 2008/2009	182 83,11%	31 16,89%	6
8.º ano – 2009/2010	188 92,61%	15 7,39%	0
8.º ano – 2010/2011	201 90,95%	20 9,05%	0
8.º ano – 2011/2012	208 86,31%	33 13,69%	0
8.º ano – 2012/2013	264 93,95%	17 6,05%	0
9.º ano – 2004/2005	144 72,00%	53 26,50%	3
9.º ano – 2005/2006	154 62,86%	85 34,69%	6
9.º ano – 2006/2007	151 70,89%	62 29,11%	1
9.º ano – 2007/2008	145 75,13%	47 24,87%	1
9.º ano – 2008/2009	140 76,50%	43 23,50%	0
9.º ano – 2009/2010	165 80,88%	36 19,12%	3
9.º ano – 2010/2011	146 74,49%	50 25,51%	0
9.º ano – 2011/2012	175 73,84%	62 26,16%	0
9.º ano – 2012/2013	207 77,82%	59 22,18%	0

Para a análise do quadro 11, importa ter em consideração os seguintes esclarecimentos:

- Até 2005/2006, o quadro contém taxas brutas referentes a cada ano de escolaridade do ensino secundário regular, sem distinção da tipologia de cursos;
- A informação referente aos anos letivos de 2004/2005 e de 2005/2006 é baseada nos quadros de referência disponibilizados pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência;
- A partir de 2006/2007, o quadro apresenta apenas os dados dos cursos científico-humanísticos;
- Os dados do ano letivo de 2006/2007 e posteriores baseiam-se na informação disponibilizada na plataforma eletrónica da Missão para o Sistema de Informação do Ministério da Educação e Ciência (MISI);
- A partir de 2006/2007, os valores da saída antecipada/abandono são apresentados apenas em número de alunos.

Taxas de transição, não transição e saída antecipada/abandono por ano de escolaridade [ensino secundário]

Quadro 11

	Transição N.º %	Não transição N.º %	Saída antecipada N.º %
10.º ano – 2004/2005	212 66,04%	56 17,45%	53 16,51%
10.º ano – 2005/2006	167 70,76%	49 20,76%	20 8,48%
10.º ano – 2006/2007	182 88,35%	24 11,65%	1
10.º ano – 2007/2008	182 81,61%	40 18,39%	1
10.º ano – 2008/2009	196 87,50%	27 12,50%	1
10.º ano – 2009/2010	155 80,31%	34 19,69%	4
10.º ano – 2010/2011	191 81,28%	42 18,72%	2
10.º ano – 2011/2012	229 86,09%	36 13,91%	1
10.º ano – 2012/2013	238 81,23%	55 18,77%	0
11.º ano – 2004/2005	170 89,48%	13 6,84%	7 3,68%
11.º ano – 2005/2006	184 85,58%	23 10,70%	8 3,72%
11.º ano – 2006/2007	122 95,31%	6 4,69%	0
11.º ano – 2007/2008	158 88,27%	20 11,73%	1
11.º ano – 2008/2009	162 90,00%	18 10,00%	0
11.º ano – 2009/2010	186 91,63%	15 8,37%	2
11.º ano – 2010/2011	142 94,04%	8 5,96%	1
11.º ano – 2011/2012	178 91,28%	17 8,72%	0
11.º ano – 2012/2013	197 86,40%	31 13,60%	0
12.º ano – 2004/2005	119 56,13%	83 39,15%	10 4,72%
12.º ano – 2005/2006	114 58,16%	80 40,82%	2 1,02%
12.º ano – 2006/2007	95 63,76%	54 36,24%	0
12.º ano – 2007/2008	86 66,67%	42 33,33%	1
12.º ano – 2008/2009	90 65,69%	46 34,31%	1

12.º ano – 2009/2010	114 69,51%	49 30,49%	1
12.º ano – 2010/2011	111 58,73%	75 41,27%	3
12.º ano – 2011/2012	91 55,15%	74 44,85%	0
12.º ano – 2012/2013	124 63,59%	71 36,41%	0

3. Linhas fundamentais de ação

3.1 Prioridades e objetivos

Cada escola, como parte integrante da macroestrutura que é o sistema educativo, tem em si delegadas responsabilidades que estão consignadas na Lei de Bases do Sistema Educativo. Estas responsabilidades, que assentam em pilares fortes como o direito à educação e a democratização do ensino, obrigam as escolas à constante reflexão sobre o seu papel no seio da comunidade educativa e à construção de projetos multifacetados que proporcionem o nível de resposta que a evolução social vai exigindo.

Importa ter presente que as grandes linhas de força da Lei de Bases do Sistema Educativo são filtradas pela escola com o objetivo de lhes dar forma própria adaptada à realidade social do meio que a acolhe. Assim sendo, há que colocar a ênfase num conjunto de objetivos devidamente fundamentados, de relevância conjuntural e contextualizada, que integre as grandes prioridades nacionais e simultaneamente responda a necessidades específicas da comunidade local. Ao harmonizar estes vetores, que poderão e deverão ser destacados em alvos ou metas a atingir, a escola quer também assumir as suas responsabilidades na plena formação de cidadãos e inscrevê-la na nossa matriz normativa cultural e ideológica, ou seja, no respeito pela liberdade, pela igualdade e pela solidariedade.

Definir as linhas prioritárias de ação e produzir objetivos fundamentados e concretos são tarefas condicionadas pela heterogeneidade do tecido social que rodeia a escola e pelas expectativas geradas localmente pela comunidade. Considerando o meio físico e a caracterização socioeconómica da comunidade educativa, a defesa do conceito de escola inclusiva, a necessidade de reforço da importância da qualificação escolar, a consolidação das condições de acesso a novas oportunidades de qualificação e os novos desafios da sociedade tecnológica, são identificados os seguintes objetivos específicos para o projeto educativo da Escola Secundária de Paredes:

- a) Afirmar a escola como espaço de inclusão social onde todos possam ter oportunidades iguais no acesso à oferta educativa escolar, curricular ou extracurricular;
- b) Promover o sucesso escolar dos alunos no quadro do currículo nacional, dentro de parâmetros de qualidade que permitam a sua plena integração na sociedade;

- c) Desenvolver condições de apoio efetivo e contextualizado aos alunos com dificuldades em cumprir o seu percurso escolar ou em risco de abandono, de forma a garantir a manutenção de taxas residuais de abandono real;
- d) Procurar as respostas educativas necessárias no âmbito da escolaridade de segunda oportunidade, quer diversificando a oferta da escola quer propondo aos alunos vias escolares alternativas que integrem outros projetos educativos;
- e) Criar mecanismos que promovam a efetiva participação da comunidade na construção dos documentos estruturantes da escola, em especial, os professores, os alunos, os demais trabalhadores da escola, e os pais ou encarregados de educação;
- f) Promover a elaboração de programas de formação que reflitam as expectativas e necessidades do pessoal docente e não docente e que orientem quer a oferta interna da escola na área da formação quer as propostas a dirigir ao Centro de Formação;
- g) Promover junto dos alunos a interiorização do princípio constitucional de que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;
- h) Desenvolver uma cultura de disciplina que radique na autonomia e na responsabilidade e uma cultura de segurança que radique nos direitos coletivos dos alunos;
- i) Reforçar junto da comunidade educativa a importância da qualificação escolar;
- j) Proporcionar condições para o desenvolvimento de programas e projetos de relevância educativa;
- k) Mobilizar as novas tecnologias de informação e comunicação para os ambientes de ensino e aprendizagem da escola, sempre que constituam um valor acrescentado na qualidade do ensino;
- l) Reforçar, no âmbito da política financeira da escola, a fonte de financiamento 123, constituindo novos projetos de atração de receitas próprias;
- m) Criar mecanismos que permitam uma efetiva e abrangente autoavaliação da escola.

Estes grandes objetivos, que devem simultaneamente ser interpretados como grandes prioridades, devem pautar as linhas orientadoras do plano anual de atividades. Ao defender a sua pertinência no contexto do projeto educativo, o plano anual de atividades da escola deverá contemplar uma referência clara ao seu âmbito de aplicação e fornecer indicadores de medida que permitam estabelecer com objetividade os pontos de partida e de chegada, possibilitando assim uma efetiva aferição da qualidade dos resultados atingidos.

3.2. Estratégias

O grau de consecução de cada um dos objetivos será necessariamente condicionado pela qualidade do conjunto de atividades previstas e pela pertinência e sensatez dos indicadores de medida definidos.

Mesmo considerando que as estratégias não têm como função direta fornecer indicadores de medida, e que o seu raio de ação tem frequentemente fronteiras indefinidas, estas devem ser pensadas em termos da sua abrangência objetiva, por forma a poderem ser criados mecanismos de avaliação e reformulação de métodos e percursos. Sem prejuízo de outras propostas que se revelem adequadas, serão prioritariamente consideradas as seguintes estratégias:

- a) Difusão da identidade própria da escola junto da comunidade escolar e educativa, prioritariamente através do portal www.esparedes.pt;
- b) Utilização de mecanismos de prevenção e controlo das situações de abandono escolar e saída precoce da escola. Devem ser criados procedimentos e registos normalizados, devidamente publicitados e interiorizados, que permitam um conhecimento objetivo, em tempo real, dos casos de risco potencial e efetivo;
- c) Promoção de processos e critérios de avaliação das aprendizagens que sejam claros e que fomentem e distingam a competência escolar em toda a sua amplitude. Há que explorar um ponto de intersecção que una as diferentes áreas curriculares e que torne possível a definição de critérios coesos, justos e compreensíveis;
- d) Criação e desenvolvimento de atividades extracurriculares propícias à participação de todos os alunos e que permitam um contacto e uma visão mais alargada e informal da escola e da comunidade educativa;
- e) Orientação das atividades extracurriculares para as temáticas da cultura, da cidadania, da formação cívica, da disciplina, da segurança e da educação para a saúde;
- f) Dinamização e publicitação das estruturas de apoio da escola, como a equipa multidisciplinar, a biblioteca, o gabinete pedagógico e o gabinete de saúde;
- g) Publicitação das estruturas de orientação e gestão e dos instrumentos administrativos e organizacionais existentes na escola, em especial o regulamento interno, o projeto educativo e o plano anual de atividades;
- h) Mobilização do pessoal docente e não docente para a planificação e definição das necessidades de formação a curto e médio prazo, de acordo com as conclusões do relatório de autoavaliação da escola;
- i) Colaboração com as entidades locais, nomeadamente nas áreas empresarial, cultural e do governo do município, no sentido de serem encontradas linhas orientadoras que fundamentem as opções de alargamento da oferta educativa;
- j) Celebração de protocolos e parcerias que facilitem a abertura da escola ao exterior e criem condições para a troca de experiências e mais-valias;
- k) Definição de programas que fomentem a aproximação dos pais e encarregados de educação à escola, nomeadamente através da promoção de um "dia aberto". Este tipo de iniciativa, que visa proporcionar aos pais e encarregados de educação uma perspectiva diferente da escola, permitirá reforçar junto da comunidade educativa a imagem e a importância social da escola como centro de conhecimento e de formação pessoal;

- l) Apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de comprovada relevância educativa;
- m) Identificação clara dos padrões de qualidade que a escola pretende atingir — referentes necessários para a criação de um modelo sustentado, interiorizado e normalizado de autoavaliação.

3.3 Metas

Ao longo deste documento, evitou-se deliberadamente usar a expressão *finalidades do projeto educativo*; trata-se com efeito de uma terminologia inscrita na esfera filosófica de *Freinet*, vizinha da impossibilidade ética da definição antecipada de um modelo de sociedade. Optou-se pela expressão *objetivos do projeto educativo*, que remete para um futuro próximo, necessariamente apoiado e projetado pelas referências sociais e culturais do presente. A expressão recorrida não é, contudo, a mais adequada para servir de marca a pontos de chegada específicos e bem definidos no tempo. E, na realidade, na arquitetura do projeto educativo da escola, não podemos prescindir da pragmática que exige alvos, no sentido dado por *Not*, e não apenas alinhamentos. As *metas do projeto educativo* afloram então da tensão criada entre a angústia prospectiva do projeto e a angústia ideológica do presente efémero. Funcionando no plano semiótico da política educativa da escola, são tanto mais eficazes quanto mais se aproximarem da linguagem canónica da educação escolar. Neste sentido de realização do projeto, definiram-se alguns temas principais, que suscitam questões e permitem estabelecer metas: a) desenvolvimento e organização curricular; b) resultados; c) prática letiva e avaliação das aprendizagens; e d) gestão executiva e administrativa.

a) Desenvolvimento e organização curricular

Questão 1 — Metodologias adotadas nos trabalhos de elaboração dos critérios de avaliação e nos respetivos processos de aprovação.

Meta: No início do ano letivo de 2014/2015, os critérios de avaliação de todas as disciplinas dos planos de estudo na escola devem estar normalizados e organizados de acordo com perfis de desempenho para onde concorrem todas as variáveis da avaliação.

Questão 2 — Construção e definição de projetos de atividades plurianuais transversais ao currículo.

Meta: Atingir progressivamente, ao longo do triénio 2013/2016, estádios de organização plurianual das visitas de estudos coerentes com as três unidades de “ciclo de estudos” existentes na escola: terceiro ciclo do ensino básico, cursos secundários científico-humanísticos e cursos profissionais.

b) Resultados

Questão 3 — Na série cronológica que vai de 2006/2007 a 2012/2013, a taxa de avaliação interna da escola no final do 3.º ciclo foi sempre inferior à taxa nacional homóloga, registando-se as seguintes amplitudes negativas: 6,8; 13,0; 15,5; 6,1; 8,0; 7,6 e 4,6. Apesar da tendência de aproximação à taxa nacional, registada nos últimos anos, a escola mantém-se abaixo da média nacional.

Meta: No triénio 2013/2016, atingir um desvio negativo de taxas homólogas não superior a 2 pontos percentuais; no triénio 2016/2019, registar, pelo menos, dois anos de desvio positivo favorável à escola.

Questão 4 — Na mesma série cronológica, os desvios registados entre a taxa de avaliação interna no final do ensino secundário regular e a taxa nacional homóloga situaram-se no intervalo $[-1,3; + 2,9]$. Os extremos ocorreram, respetivamente, nos anos de 2007/2008 e 2006/2007. A média dos desvios nos 7 anos da série é aproximadamente igual a 0,07, isto é, não tem significado estatístico.

Meta: No triénio 2013/2016, atingir um desvio médio positivo de taxas homólogas superior a 1 ponto percentual, e no triénio seguinte estabilizar esse resultado.

Questão 5 — As metas de âmbito nacional, com o horizonte de 2015, para resultados positivos nos exames de 9.º ano de Português e de Matemática são iguais a 75% e 55%, respetivamente. Historicamente, a escola tem superado as médias nacionais em ambas as disciplinas.

Meta: No triénio 2013/2016, manter desvios positivos superiores a 5% das respetivas taxas de avaliação externa nacional em Português e em Matemática, e no triénio seguinte estabilizar esse resultado.

Questão 6 — As metas de âmbito nacional, com o horizonte de 2015, para resultados positivos nos exames de 12.º ano de Português e de Matemática são iguais a 65% e 70%, respetivamente. Historicamente, a escola tem superado as médias nacionais em ambas as disciplinas.

Meta: No triénio 2013/2016, manter desvios positivos superiores a 1 ponto percentual, na diferença entre as taxas de aprovação nos exames de Português e Matemática, e no triénio seguinte estabilizar esse resultado.

Questão 7 — Considerando as características sociais e culturais do concelho – geograficamente situado na periferia da área metropolitana do Porto –, e considerando que a escola alberga uma das maiores populações de alunos do país, é de equacionar o problema geral da indisciplina na escola.

Meta: Criar até ao fim do ano letivo de 2013/2014 um observatório da disciplina na escola, com o referente ideológico de que a autonomia dos alunos potencia o seu sentido de responsabilidade.

Questão 8 — O impacto da escola na vida adulta dos alunos.

Meta: Criar uma equipa de trabalho, dependente do conselho pedagógico, que monitorize o percurso dos alunos que terminaram na escola o ciclo de estudos secundários, nos planos do sucesso académico, da empregabilidade e da realização pessoal.

c) Prática letiva e avaliação das aprendizagens

Questão 9 — Desfasamento entre os graus de exigência do trabalho no terceiro ciclo do ensino básico e no ensino secundário científico-humanístico.

Meta: Conclusão, até ao fim do ano letivo de 2014/2015, de um relatório sobre a questão levantada, com a indicação dos meios de superação do problema identificado. Auscultação obrigatória dos professores que asseguram a continuidade pedagógica entre ciclos, com particular ênfase nas disciplinas de Português, Inglês, Matemática e História.

Questão 10 — Acompanhamento da prática letiva e monitorização das planificações

Meta: No fim do ano letivo de 2013/2014, deve estar concluído o protocolo de monitorização da execução das planificações, quer no plano quantitativo quer no plano qualitativo.

Questão 11 — Adequação das atividades letivas ao ritmo diferenciado de aprendizagem dos alunos.

Meta: Promoção de um debate interno, reflexivo, sobre esta matéria, e apresentação de conclusões sobre as vantagens e as desvantagens das turmas homogéneas e heterogéneas até ao fim de 2014.

Questão 12 — Metodologias experimentais no ensino e nas aprendizagens.

Meta: Aplicação em turmas-piloto, no ano letivo de 2014/2015, de metodologias inovadoras com bom benchmarking no âmbito do ensino e da didática.

Questão 13 — O impacto das aulas de reforço e de apoio educativo, e de outras estratégias análogas, como o acompanhamento dos alunos na biblioteca e as tutórias, no sucesso escolar dos alunos.

Meta: Apresentar até ao fim do ano de 2014 um livro branco dos apoios educativos, em geral, que reflita o investimento e o retorno do investimento nesta modalidade de reforço e completamento do currículo.

Questão 14 — Os apoios educativos nos anos de exame nacional.

Meta: Sem prejuízo das conclusões que venham a ser anotadas no livro branco, manter no triénio 2013/2016 aulas de apoio suplementar em todas as turmas | disciplinas com exame nacional. Estas aulas devem ser organizadas em conjunto com a planificação dos horários escolares para funcionarem todo o ano letivo.

d) Gestão executiva e administrativa

Questão 15 — A comunicação entre a direção da escola e os restantes atores do processo educativo.

Meta: Definir progressivamente, por níveis de importância, ao longo do triénio 2013/2016, a comunicação eletrónica como meio preferencial de comunicação.

Questão 16 — O problema geral da comunicação entre a escola e os pais e encarregados de educação.

Meta: Até ao fim do ano letivo de 2014/2015, construir uma rede de comunicações móveis que permita aos diretores de turma enviar mensagens SMS aos pais e encarregados de educação dos alunos da turma.

Questão 17 — Aferição da qualidade dos serviços gerais prestados pela escola.

Meta: Promover de forma contínua a heteroavaliação dos serviços gerais da escola, consultando regularmente os utentes dos serviços.

Questão 18 — A otimização funcional dos novos espaços escolares decorrentes da requalificação do edifício, designadamente a biblioteca, o anfiteatro e as salas de ginástica.

Meta: Promover no ano de 2014 um debate interno subordinado à questão enunciada, com consequências no desenho do plano anual de atividades para 2014/2015.

Questão 19 — A importância das ações de formação no desempenho do pessoal docente e do pessoal não docente.

Meta: Levantamento até ao fim de 2014 das necessidades de formação do corpo docente e do pessoal não docente, no contexto do sucesso escolar, das relações interpessoais e da disciplina na sala de aula. Aplicação das conclusões no plano anual de atividades do ano letivo de 2014/2015 e seguintes.

Questão 20 — A importância da política financeira da escola para a concretização dos objetivos do projeto educativo

Meta: Reforçar o peso financeiro da fonte de receitas 123, constituindo novos projetos de atração de receitas próprias, fixando-o, em 2015/2016, no interior de um intervalo cujo extremo inferior represente 50% das receitas ordinárias da fonte de financiamento 111.

Questão 21 — A importância dos protocolos, das parcerias e dos intercâmbios na vida escolar.

Meta: Sedimentar os protocolos e parcerias existentes, explorar novos parceiros e investigar os efeitos dos intercâmbios já realizados entre escolas portuguesas e escolas estrangeiras, no âmbito dos projetos da comunidade europeia.

3.4 Plano anual de atividades

A execução do projeto educativo da escola efetiva-se através da realização e do cumprimento de sucessivos planos anuais ou plurianuais de atividades. O projeto educativo, enquanto instrumento de planificação de índole geral e abrangente, é projetado no terreno, é operacionalizado através de uma planificação mais imediata e específica, frequentemente com a validade de um ano letivo. O plano anual de atividades está assim, pela sua natureza, bastante mais próximo dos processos educativos do quotidiano. Como se sente mais a sua presença na organização do dia-a-dia das escolas, o plano é mais facilmente assimilado pela comunidade educativa.

Apesar das escolas sentirem necessidade, em algumas matérias, de planificar para além do horizonte temporal de um ano letivo, não é comum falar-se em planos plurianuais. Como o funcionamento das escolas obedece aos limites colocados pelo calendário letivo, e muitas das atividades têm a sua pertinência condicionada por esses mesmos limites, pode assumir-se que a planificação anual das atividades deva ser a referência. Assim, deve entender-se o plano anual de atividades como o instrumento de planificação das atividades escolares, para o período de um ano letivo, no qual estarão plasmadas as decisões sobre os objetivos a alcançar, a definição e a organização das estratégias, dos meios e recursos que vão permitir cumprir essas metas. As atividades e os projetos com um horizonte de execução plurianual, como as visitas de estudos, devem ser salvaguardados através do seu enquadramento parcial e sequencial nos planos anuais a que se reportarem.

Com a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, assinalou-se uma significativa mudança de rumo na abordagem aos processos de avaliação do pessoal docente e, consequentemente, das escolas. Foi reiterada a função do projeto educativo como instrumento de autonomia e como elemento de referência da avaliação. Saiu reforçado o papel do plano anual de atividades como documento vital na planificação de pormenor e como elemento regulador dos objetivos, das metas e dos patamares de qualidade que cada escola ambiciona.

O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, para além de consagrar o projeto educativo, o regulamento interno, o plano anual e plurianual de atividades e o orçamento como instrumentos do exercício da autonomia, coloca também esse foco no relatório anual de

atividades, na conta de gerência e no relatório de autoavaliação. Neste quadro, há que encontrar uma linha condutora que caracterize não só os processos de produção desses documentos, mas também que preveja a articulação efetiva entre eles. A escola só poderá ambicionar resgatar alguma autonomia, nomeadamente através da celebração de contratos de autonomia com o Ministério da Educação e Ciência, quando os supracitados instrumentos, como um todo, concorrerem para objetivos comuns.

Para que o plano anual de atividades possa cumprir a sua função no quadro dos instrumentos de organização e gestão da escola, afigura-se-nos indispensável que ele contemple e articule os seguintes aspetos:

- a) Os princípios orientadores, os objetivos, as estratégias e as metas propostos no projeto educativo da escola;
- b) As linhas orientadoras da atividade da escola definidas pelo conselho geral;
- c) O levantamento das necessidades concretas – na área dos recursos materiais e humanos, do enquadramento legal, etc. –, com referência ao ano letivo de aplicação do plano;
- d) As recomendações e orientações propostas no relatório anual de atividades do ano letivo anterior;
- e) Os critérios pedagógicos presentes na distribuição do serviço letivo e não letivo;
- f) Os critérios de constituição de turmas;
- g) O calendário e horário escolar;
- h) Os planos de atividades dos órgãos de gestão;
- i) Os planos de atividades dos departamentos curriculares;
- j) A planificação das atividades de direção de turma, especialmente no que diz respeito ao calendário de reuniões e à programação da metodologia e dos momentos de prestação de informações aos pais e encarregados de educação;
- k) A programação das atividades curriculares por ciclo, ano e curso;
- l) Os critérios e a planificação da avaliação do pessoal docente e da autoavaliação da escola;
- m) O plano das atividades de complemento curricular e das atividades extracurriculares;
- n) A planificação das atividades de promoção do sucesso escolar, com especial enfoque no acompanhamento pedagógico dos alunos com necessidades educativas especiais;
- o) O plano de atividades do serviço de ação social escolar;
- p) O plano de atividades do gabinete de saúde;
- q) O plano de atividades da biblioteca;
- r) O regimento interno do gabinete pedagógico;
- s) O plano de atividades da equipa multidisciplinar;
- t) O plano de formação do pessoal docente e não docente;
- u) A planificação das parcerias e dos protocolos de pertinência local, regional ou nacional;
- v) Os projetos de inovação pedagógica;
- w) O orçamento da escola;
- x) Os procedimentos de revisão do plano;

- y) A calendarização, os critérios e os procedimentos subjacentes à elaboração do relatório anual de atividades.

A elaboração e a aprovação do plano anual de atividades não devem obedecer a uma lógica estritamente hierárquica, de cariz vertical, em que o órgão de gestão centraliza e condiciona as decisões. Deve prevalecer uma abordagem que fomente a planificação por equipas, em que cada serviço, cada setor, cada departamento curricular apresenta ao diretor a sua proposta de atividades e este assume a responsabilidade de articular, organizar e decidir sobre a sua validade e pertinência no quadro das prioridades do projeto educativo, preparando assim a apresentação do plano anual de atividades ao conselho geral. Esta linha de procedimento, para além de promover uma alargada participação, responsabiliza os seus intervenientes e promove práticas de articulação e de coordenação que frequentemente faltam no interior das escolas.

3.5 Autoavaliação e avaliação externa da Escola

Sem uma cultura de autoavaliação, suportada pela convicção de que é imprescindível prestar contas sobre a gestão da autonomia, a escola dificilmente poderá aferir o grau de consecução dos objetivos e, por conseguinte, a qualidade do serviço educativo prestado. Enquanto elemento de análise e interpretação final do impacto da operacionalização do projeto educativo, a autoavaliação deve estar prevista nos planos de atividades de todas as estruturas, serviços e projetos pedagógicos. Ela deve ser uma espécie de certificado de qualidade, indispensável para se passar ao plano ou ao projeto seguinte. Será função do relatório anual de autoavaliação produzir conclusões e recomendações que permitam saber em que moldes essa qualidade se concretizou ou poderá ser concretizada.

A avaliação externa da escola, como mecanismo cuja função é aferir, de forma global, o desempenho da escola, é, simultaneamente, um instrumento de validação da autoavaliação. Seria importante que a responsabilidade perante a avaliação externa – não porque vem de fora, não porque é pública, mas porque é fator de desenvolvimento – motivasse o enraizamento de uma cultura de avaliação a partir de dentro da escola, baseada na aceitação de que não é possível intervir e mudar sem refletir, de modo introspetivo, sobre as práticas e os métodos

4. Acompanhamento, avaliação e revisão do projeto educativo

O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, estipula que os projetos educativos sejam elaborados para um horizonte temporal de 3 anos. Nestes termos, torna-se imperativo criar mecanismos de acompanhamento da sua implementação – que nunca é uma tarefa linear e inalterável –, de modo a ser possível fazer-se avaliações intermédias periódicas e uma avaliação final no termo do período de aplicação.

Todo o processo de implementação do projeto educativo é sujeito a constante avaliação e essa avaliação provoca necessariamente um efeito de *feedback* que pode levar à alteração de estratégias, de prioridades ou mesmo dos objetivos inicialmente previstos. Apesar da avaliação informal e contínua acontecer de forma espontânea e sem calendário, o momento oficial de discussão intermédia e de eventual reformulação do projeto educativo deve ser o final de cada ano letivo a que se reporta.

Para efeitos das avaliações intermédias, as propostas e as sugestões de reformulação deverão ser entregues ao presidente do conselho pedagógico até ao final do mês de maio do respetivo ano letivo. A discussão deverá ocorrer em reunião extraordinária do conselho pedagógico a realizar no mês de junho, sendo as conclusões e recomendações apresentadas ao conselho geral para apreciação.

A avaliação final, requisito essencial à elaboração do projeto seguinte, deverá considerar as conclusões dos relatórios anuais de atividades, dos relatórios de autoavaliação e dos relatórios da avaliação externa produzidos durante o período de vigência do projeto educativo.